

PREGÃO ELETRÔNICO:
90002/2026

CONTRATANTE (UASG):
(160322)

OBJETO:
Aquisição de Materiais de Síntese (OPME) para Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 3.304.128,22 (Três milhões, trezentos e quatro mil, cento e vinte e oito reais e vinte dois centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço item

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
Hospital Real Militar e Ultramar – 1769
(Hospital General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca)

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026
Processo Administrativo nº 64574.002796/2026-61

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO, CNPJ 09.609.235/0001-50, por meio do(a) SETOR DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, sediado(a) FRANCISCO MANUEL, 126,PAVLH DIVISAO ADM, bairro BENFICA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ , CEP 20911270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para aquisição, estritamente sob demanda, de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, incluindo a obrigatoriedade de fornecimento acessório, em regime de COMODATO. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito

imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
grupo

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por

cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste

Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.gov

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaohospitalcentral@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico compras.gov

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Rio de Janeiro, RJ, 25 de maio de 2026.

Elaborado por:

**Lucas Rodrigues
de Souza**

Assinado de forma digital por
Lucas Rodrigues de Souza
Dados: 2026.05.25 15:13:10 -03'00'

LUCAS RODRIGUES DE SOUZA – 2º TEN INT
Adjunto da Seção de Planejamento e Integração da Contratação.

Conferido por:



Documento assinado digitalmente
JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
Data: 26/05/2026 07:38:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSÉ RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO – CEL VET
Chefe da Seção de Planejamento e Integração da Contratação.

Aprovado por:

**LUCIANO LUIZ
GOULART SILVA**

DIAS:07752932701

Assinado de forma digital por
LUCIANO LUIZ GOULART SILVA
DIAS:07752932701
Dados: 2026.05.26 08:45:03
-03'00'

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CEL INT

Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas das Áreas Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Termo de Referência 95/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
95/2026	160322-HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ	LUCAS RODRIGUES DE SOUZA	25/05/2026 15:08 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64574.002796/2026-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITOS
(Hospital Real Militar e Ultramar - 1769)
Processo Administrativo n. 64574.002796/2026-61

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei 14.133, de 1º de abril de 2021

COMPRA, INCLUSIVE POR ENCOMENDA: MATERIAL DE CONSUMO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição, estritamente sob demanda, de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial (placas, parafusos, lâminas e descartáveis), incluindo a obrigatoriedade de fornecimento acessório, em regime de COMODATO (cessão gratuita e , dos maquinários e instrumentais cirúrgicos necessários à sua utilização, conforme condições, sem ônus) quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e na Tabela de Itens anexa:

GRUPO 1 – O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
1	Serra recíprocante (Lâmina) reta para osteotomias com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM, ponta ativa com comprimento de corte entre 27-33mm. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item	612993	Und	45	0	45	R\$ 3.000,00	R\$ 135.000,00

	01 deverá disponibilizar 2 (dois) equipamentos							
2	Serra sagital (Lâmina) para osteotomias com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM, ponta ativa com largura de corte entre 5- 10mm. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 02 deverá disponibilizar 2 (dois) equipamentos (motor cirúrg	612988	Und	10	0	10	R\$ 555,0000	R\$ 5.550,00
3	Lâmina piezocirurgia (Lâmina) reta para osteotomias com potência mínima de 60W, espessura de corte entre 0.5-0.6mm, comprimento da haste da ponta ativa de 10mm, formato da ponta ativa de corte reta. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do i	429388	Und	15	0	15	R\$ 1.559,0000	R\$ 23.385,00
4	Lâmina piezocirurgia (Lâmina) reta para osteotomias com potência mínima de 60W, espessura de corte entre 0.5-0.6mm, comprimento da haste da ponta ativa de 20mm, formato da ponta ativa de corte reta. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do i	440688	Und	15	0	15	R\$ 486,0000	R\$ 7.290,00
5	Broca multilaminada em formato oval para desgaste e acabamento ósseo, diâmetro da ponta ativa 3-4mm, tamanho da haste entre 40- 60mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 06 deverá dispo	427253	Und	10	0	10	R\$ 77,0000	R\$ 770,00

6	Broca esférica multilaminada para desgaste e acabamento ósseo, diâmetro da ponta ativa 3-4mm, tamanho da haste entre 40-60mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 07 deverá disponibiliza	427886	Und	10	0	10	R\$ 133,6150	R\$ 1.336,15
7	Broca esférica multilaminada para desgaste e acabamento ósseo, diâmetro da ponta ativa 5-6mm, tamanho da haste entre 40-60mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 08 deverá disponibiliz	427886	Und	10	0	10	R\$ 133,6150	R\$ 1.336,15
8	Broca esférica diamantada para desgaste e acabamento ósseo, diâmetro da ponta ativa 3-4mm, tamanho da haste entre 40-60mm mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 09 deverá disponibiliza	427886	Und	10	0	10	R\$ 133,6150	R\$ 1.336,15
9	Broca esférica diamantada para desgaste e acabamento ósseo, diâmetro da ponta ativa 5-6mm, tamanho da haste entre 40-60mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 10 deverá disponibilizar 2	427886	Und	10	0	10	R\$ 133,6150	R\$ 1.336,15
10	Broca tronco-cônica n° 701 para corte ósseo, diâmetro da ponta ativa 1.0-1.2mm, tamanho da haste entre 40- 60mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 11 deverá disponibilizar 2 (dois) eq	403559	Und	10	0	10	R\$ 7,8950	R\$ 78,95
	Broca tronco-cônica n° 702 para corte ósseo, diâmetro da ponta ativa 1.3-							

11	1.6mm, tamanho da haste entre 40- 60mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 12 deverá disponibilizar 2 (dois) eq	403560	Und	10	0	10	R\$ 15,3000	R\$ 153,00
12	Broca cônica Lindemann para corte ósseo, diâmetro da ponta ativa 2.0-2.3 mm, tamanho da haste entre 40- 70mm, com rotação de trabalho mínima de 65.000 RPM. Inclui motor para instalação. A Licitante vencedora do item 13 deverá disponibilizar 2 (dois) equipa	404666	Und	10	0	10	R\$ 37,5950	R\$ 375,95
13	Microdissector reto ponta agulha, comprimento entre 50-65mm x 3mm. Marca de referência: Traumec, similar ou de melhor qualidade. Itens destinados à ampla concorrência.	483849	Und	25	0	25	R\$ 78,0100	R\$ 1.950,25
Valor total do grupo 01								R\$ 179.897,75
GRUPO 2 -O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.								
Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
14	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM PONTE Descrição Complementar: MICRO PLACA RETA 2 FUROS COM PONTE DE 10; 6 FUROS COM	433704	Und	10	2	12	R\$ 550,0000	R\$ 6.600,00
15	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:16 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM	433708	Und	10	2	12	R\$ 1.000,0000	R\$ 12.000,00

16	<p>PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM PONTE</p> <p>Descrição Complementar: MICRO PLACA RETA 4 FUROS COM PONTE DE 15; RETA 4 FUROS</p>	433703	Und	10	2	12	R\$ 870,0000	R\$ 10.440,00
17	<p>PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:ORBITAL, CURVA, QUANTIDADE FUROS: 06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM</p> <p>Descrição Complementar: MICRO PLACA ORBITAL BSSO 6, FUROS SISTEMA 1.5</p>	434087	Und	10	2	12	R\$ 560,0000	R\$ 6.720,00
18	<p>PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:ORBITAL, CURVA, QUANTIDADE FUROS:08 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM.</p> <p>Descrição Complementar: MICRO PLACA ORBITAL BSSO 8, FUROS SISTEMA 1.5</p>	434088	Und	10	0	10	R\$ 935,0000	R\$ 9.350,00
19	<p>PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:ORBITAL, CURVA, QUANTIDADE FUROS:10 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM.</p> <p>Descrição Complementar: MICRO PLACA ORBITAL BSSO 10, FUROS SISTEMA 1.5</p>	434086	Und	10	0	10	R\$ 540,0000	R\$ 5.400,00

20	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "L", QUANTIDADE FUROS: 04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM.	434083	Und	10	0	10	R\$ 590,0000	R\$ 5.900,00
21	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "L", QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM PONTE. Descrição Complementar: MICRO PLACA L 100° 4 FUROS DIREITA /ESQUERDA COM PON	434084	Und	10	3	13	R\$ 600,0000	R\$ 7.800,00
22	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "Y", QUANTIDADE FUROS:05 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar: MICRO PLACA Y 5 FUROS COM PONTE DE 15;	433719	Und	10	0	10	R\$ 529,3200	R\$ 5.293,20
23	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "Y" DUPLO, QUANTIDADE FUROS:06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar:	434080	Und	10	0	10	R\$ 495,0000	R\$ 4.950,00
24	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "T", QUANTIDADE FUROS:05 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar: MICRO PLACA EM T 5 X 2 COM PONTE DE 10, 15 e 20; MICRO PLACA EM T OBLIQUOA DIREITA/ESQU	434081	Und	10	0	10	R\$ 990,0000	R\$ 9.900,00

25	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "T", QUANTIDADE FUROS:07 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar: MICRO PLACA T ARNETT CHAMPY DIREITA/ESQUERDA PEQUENA, MÉDIA E GRANDE	434082	Und	10	0	10	R\$ 350,0000	R\$ 3.500,00
26	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:08 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar: MICRO PLACA RETA 8,16,20,24 FUROS SISTEMA 1.5	433715	Und	10	0	10	R\$ 980,0000	R\$ 9.800,00
27	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:QUADRADA, QUANTIDADE FUROS:2 X 2 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar: MICRO PLACA QUADRADA CURVA 2 X 5 FUROS SISTEMA 1.5	434092	Und	10	0	10	R\$ 290,0000	R\$ 2.900,00
28	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:TELA, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM, TAMANHO:CERCA DE 85 MM X 50 MM. Descrição Complementar: TELA PARA ASSOALHO ORBITAL MEDIA SISTEMA 1.5	466790	Und	10	0	10	R\$ 994,2600	R\$ 9.942,60
29	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETANGULAR, QUANTIDADE FUROS:06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar:MICRO	434775	Und	10	0	10	R\$	R\$ 5.000,00

	PLACA RETANGULAR 2 X 2 FUROS; MICRO PLACA RETANGULAR 2 X 3 FUROS SISTEMA 1.5						500,0000	
30	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETANGULAR, QUANTIDADE FUROS:08 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM	434776	Und	10	0	10	R\$ 1.456,0200	R\$ 14.560,20
31	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "X", QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM. Descrição Complementar: MICRO PLACA X 6 FUROS COM PONTE DE 05 SISTEMA 1.5; MICRO PLACA X 6 FUROS COM PONTE DE 1	434779	Und	10	0	10	R\$ 274,0000	R\$ 2.740,00
32	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:TELA, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,5 MM, TAMANHO:CERCA DE 50 MM X 150 MM. Descrição Complementar: TELA MALEAVEL 60 X 60 SISTEMA 1.0/1.5	445080	Und	5	2	7	R\$ 1.236,0000	R\$ 8.652,00
33	PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø1,5 X 5,0 MM Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø1,5 X tam: 4 e 5	400971	Und	250	15	265	R\$ 90,0000	R\$ 23.850,00

34	PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø1,5 X 6,0 MM Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø1,5 X tam: 6 e 7.	400972	Und	500	27	527	R\$ 158,1450	R\$ 83.342,42
35	PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø1,5 X 9,0 MM. Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø1,5 X tam: 8, 9 e 10.	401007	Und	250	30	280	R\$ 67,0000	R\$ 18.760,00
36	PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 1,8 X 7,0 MM (EMERGENCIA). Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 1,8 X 4,5,6,7.	400986	Und	125	0	125	R\$ 60,0000	R\$ 7.500,00
37	PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 1,8 X 9,0 MM (EMERGENCIA). Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 1,8 X 9	400987	Und	125	0	125	R\$ 65,0000	R\$ 8.125,00
38	PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 1,8 X 11,0 MM (EMERGENCIA). Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 1,8 X 11,13,15MM	400990	Und	125	0	125	R\$ 49,0000	R\$ 6.125,00

Valor total do grupo 02

R\$
289.150,42

GRUPO 3 - O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
39	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:08 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar:	433961	Und	25	0	25	R\$ 1.121,0000	R\$ 28.025,00
40	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar: MINI PLACA RETA 4 FUROS SISTEMA 2.0 HARD	433959	Und	25	6	31	R\$ 280,0000	R\$ 8.680,00

41	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORM ATO:RETA, QUANTIDADE FUROS: 06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar: MINI PLACA RETA 6 FUROS SISTEMA 2.0 HARD Descrição Complementar:	433960	Und	25	6	31	R\$ 380,0000	R\$ 11.780,00
42	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "T", QUANTIDADE FUROS: 07 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar: Descrição Complementar: MICRO PLACA EM T 5X2 COM PONTE DE 10, 15 E 20 SISTEMA 2.0	433997	Und	25	0	25	R\$ 1.100,0000	R\$ 27.500,00
43	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "L", QUANTIDADE FUROS:4 X 2 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar: MINI PLACA L 4 FUROS DUPLA FACE SISTEMA 2.0, MINI PLACA L 4 FUROS DUPLA FACE COM PON	433971	Und	75	0	75	R\$ 987,5000	R\$ 74.062,50
44	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:EM "Y" DUPLO, QUANTIDADE FUROS:06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar: MINI PLACA Y 5 FUROS COM PONTE DE 10 SISTEMA 2.0 HARD	433987	Und	25	0	25	R\$ 500,0000	R\$ 12.500,00

45	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO LEFORT, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MAXILAR, QUANTIDADE FUROS:11 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,7 MM, TAMANHO:AVANÇO DE 3-5 MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA.	444063	Und	25	0	25	R\$ 989,9000	R\$ 24.747,50
46	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO LEFORT, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MAXILAR, QUANTIDADE FUROS:11 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,7 MM, TAMANHO:AVANÇO DE 6-9 MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA	444065	Und	25	0	25	R\$ 500,0000	R\$ 12.500,00
47	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO LEFORT, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MAXILAR, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 1,7 MM, TAMANHO:AVANÇO DE 10-11MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA.	444072	Und	25	0	25	R\$ 750,0000	R\$ 18.750,00
48	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO PAULUS, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MENTO, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0MM, TAMANHO:AVANÇO DE 0,1 E 2 MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA.	448428	Und	10	0	10	R\$ 380,0000	R\$ 3.800,00

49	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO PAULUS, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MENTO, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0MM, TAMANHO:AVANÇO DE 3,4,5 E 6 MM, TIPO FIXAÇÃO:FIXAÇÃO RÍGIDA.	448430	Und	10	0	10	R\$ 1.518,0000	R\$ 15.180,00
50	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO PAULUS, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MENTO, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0MM, TAMANHO:AVANÇO DE 7,8 E 9MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA.	448432	Und	10	0	10	R\$ 525,0000	R\$ 5.250,00
51	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:TIPO PAULUS, FORMATO:PRÉ-DOBRADA PARA MENTO, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0MM, TAMANHO:AVANÇO DE 10- 11MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA.	448511	Und	10	0	10	R\$ 550,0000	R\$ 5.500,00
52	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:04 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM PONTE.	433962	Und	125	0	125	R\$ 397,5000	R\$ 49.687,50
53	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:ORBITAL, CURVA, QUANTIDADE FUROS:06 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,0 MM. Descrição Complementar: MINI PLACA ORBITAL BSSO 6,8,10 FUROS SISTEMA 2.0 HARD	434008	Und	125	0	125	R\$ 500,0000	R\$ 62.500,00

54	<p>PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,3 X 5,0 MM (EMERGENCIA)</p> <p>PARAFUSO ÓSSEO - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:CORTICAL, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO: ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,3 MM, COMPRIMENTO:5 MM.</p> <p>Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,3</p>	401006	Und	100	0	100	R\$ 67,0000	R\$ 6.700,00
55	<p>PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,3 X 6,0 MM (EMERGENCIA)</p> <p>PARAFUSO ÓSSEO - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:CORTICAL, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO: ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,3 MM, COMPRIMENTO:5 A 6 MM.</p>	401007	Und	100	0	100	R\$ 67,0000	R\$ 6.700,00
56	<p>PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,3 X 7,0 MM (EMERGENCIA)</p> <p>PARAFUSO ÓSSEO - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO:CORTICAL, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO: ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,3 MM, COMPRIMENTO:7 A 8 MM.</p>	401009	Und	100	10	110	R\$ 73,5000	R\$ 8.085,00
57	<p>PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø2,0 X 9,0 MM PARAFUSO ÓSSEO - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL:TITÂNIO, TIPO:CORTICAL, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,0 MM, COMPRIMENTO:7 MM.</p> <p>Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø2,0 X 5 E 6 MM</p>	401414	Und	400	60	460	R\$ 65,0000	R\$ 29.900,00

58	PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø2,0 X 9,0 MM PARAFUSO ÓSSEO - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL:TITÂNIO, TIPO:CORTICAL, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,0 MM, COMPRIMENTO:7 MM. Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø2,0 X 7 A 9MM	401414	Und	300	0	300	R\$ 65,0000	R\$ 19.500,00
59	PARAFUSO AUTO PERFURANTE Ø2,0 X 11,0 MM PARAFUSO ÓSSEO - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL:TITÂNIO, TIPO:CORTICAL, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,0 MM, COMPRIMENTO:10,11,12 MM. Descrição Complementar:	401413	Und	300	0	300	R\$ 380,0000	R\$ 114.000,00
Valor total do grupo 03								R\$ 545.347,50
GRUPO 4 - O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.								
Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
60	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO "LOCKING, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO: MANDIBULAR, FORMATO:ANGULADA, C/ PONTE, QUANTIDADE FUROS:08 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,3 MM, TIPO FIXAÇÃO:FIXAÇÃO RÍGIDA.	433978	Und	2	0	2	R\$ 970,0000	R\$ 1.940,00
61	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO "LOCKING, MATERIAL: TITÂNIO, FORMATO:RETA, QUANTIDADE FUROS:18 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,4 MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO	448539	Und	2	0	2	R\$ 2.259,0000	R\$ 4.518,00

	RÍGIDA. Descrição Complementar:							
62	PLACA ORTOPÉDICA P/ MINI E MICRO FRAGMENTOS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO "LOCKING, MATERIAL:TITÂNIO, TIPO: RECONSTRUÇÃO, FORMATO:BIANGULADA, QUANTIDADE FUROS:26 FUROS, DIÂMETRO:P/ PARAFUSO CERCA DE 2,4 MM, TIPO FIXAÇÃO: FIXAÇÃO RÍGIDA. Descrição Complementar:	450169	Und	2	0	2	R\$ 4.700,0000	R\$ 9.400,00
63	PLACA DE RECONSTRUÇÃO BILATERAL 27 FUROS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO "LOCKING. Descrição Complementar: SISTEMA 2.4 - LOCKING	434061	Und	5	0	5	R\$ 799,0000	R\$ 3.995,00
64	PARAFUSO ÓSSEO DE TRAVAMENTO "LOCKING"- MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:BLOQUEIO, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,4 MM, Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,4 X 6,7,8,9 E 10 MM	401664	Und	20	0	20	R\$ 290,0000	R\$ 5.800,00
65	PARAFUSO ÓSSEO DE TRAVAMENTO "LOCKING - MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:BLOQUEIO, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,4 MM, COMPRIMENTO:18	401665	Und	15	0	15	R\$ 100,0500	R\$ 1.500,75

	MM. Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,7 X 8,10,12 (EMERGENC							
66	PARAFUSO ÓSSEO DE TRAVAMENTO "LOCKING"- MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:BLOQUEIO, TIPO ROSCA:ROSCA TOTAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DIÂMETRO:2,4 MM, Descrição Complementar: PARAFUSO AUTO ROSCANTE Ø 2,4 X 11,12,13MM	401660	Und	20	0	20	R\$ 21,6000	R\$ 432,00
Valor total do grupo 04								R\$ 27.585,75
GRUPO 5 – O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.								
Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
67	PRÓTESE DE ATM CABEÇA E RAMO ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: Endopróteses de substituição Temporomandibular sob medida, customizadas para reconstrução de ossos, incluindo sistema de planejamento virtual, Liga de Titânio 6Al4V – ASTM F136 e Polietileno de Ultr	444009	Und	14	0	14	R\$ 73.690,8500	R\$ 1.031.671,90
68	PRÓTESE DE ATM FOSSA ARTICULAÇÃO TÊMPORO MANDIBULAR EM POLIETILENO Especificação Complementar: Endopróteses de substituição Temporomandibular sob medida, customizadas para reconstrução de ossos, incluindo sistema de planejamento virtual, Liga de Titânio 6	444010	Und	14	0	14	R\$ 59.333,0000	R\$ 830.662,00

69	PRÓTESE MANDIBULAR/MAXILAR ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: Endopróteses de substituição mandibular e/ou maxilar sob medida, customizadas para reconstrução de ossos, incluindo sistema de planejamento virtual, Liga de Titânio 6Al4V – ASTM F136 e incluindo paraf	444009	Und	2	0	2	R\$ 73.690,8500	R\$ 147.381,70
Valor total do grupo 05								R\$ 2.009.715,60
GRUPO 6 – O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.								
Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
70	ENXERTO ÓSSEO BOVINO INORGÂNICO ESPONJOSO COM GRÂNULOS"SE 0,25 - 1,0 MM, substituto de estrutura mineral osteocondutora altamente purificada.Apresentação de 2,0g ENXERTO OSSEO estlmulador para neoformação óssea. Com as característístlcas deste material, c	451665	Und	30	0	30	R\$ 750,0000	R\$ 22.500,00
71	MEMBRANA DE COLÁGENO TAMANHO 30X40 SUBSTITUTO OSSEO - materia-prima: membrana reabsorvível 30x40; finalidade: regeneracao de tecido oral e regeneração ossea guiada; ou membrana de colageno para regeneracao ossea dos maxilares para reparo osseo emsituacoe	451688	Und	30	0	30	R\$ 4.551,3200	R\$ 136.539,60
72	FIO DE AÇO TIPO ACIFLEX. Fio de sutura cirúrgico em aço inoxidável 316L, não absorvível, estéril de construção monofilamentar. Apresentação em embalagens individuais esterilizadas tamanho 1	600165	Und	24	0	24	R\$ 16,0000	R\$ 384,00

73	FIO DE AÇO TIPO ACIFLEX. Fio de sutura cirúrgico em aço inoxidável 316L, não absorvível, estéril de construção monofilamentar. Apresentação em embalagens individuais esterilizadas tamanho 0	600164	Und	24	0	24	R\$ 16,4000	R\$ 393,60
74	Fio sutura polidioxanona PDS PLUS 5-0 ag cil. 1/2 circ. 15 mm	487195	Und	40	0	40	R\$ 28,0000	R\$ 1.120,00
Valor total do grupo 06								R\$ 160.937,20
GRUPO 7 – O fornecedor deverá disponibilizar todos os itens para uso do material (MOTOR, PEÇA RETA, APLICATIVOS, BROCAS, INSTRUMENTAL), em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso.								
Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd HCE	Qtd HGE	Qtd Total	Valor unitário	Valor total
75	Kit Descartavel Para Artroscopia De KIT PARA ATM (ARTICULAÇÃO TÊMPORO MANDIBULAR) E/OU CAVIDADE NASAL E SEIOS DA FACE. Componentes do conjunto: Cânulas, Trocarte , Obturador , Plugue , Camisa , Faca Embalagem primaria acondicionada de acordo com as normas	437697	Und	10	0	10	R\$ 8.030,00	R\$ 80.300,00
76	HALORANATO DE SÓDIO - Quantidade Motores: 20 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Intra-Articular Característica Adicional: Seringa Preenchida	455732	Und	10	0	10	R\$ 102,4000	R\$ 1.024,00
77	Splint nasal: material de silicone, produto fornecido de forma estéril.	482112	Und	30	10	40	R\$ 108,5000	R\$ 4.340,00
78	Clipe hemostático raney (embalagem com 10 unidades)	444104	Und	10	0	10	R\$ 295,0000	R\$ 2.950,00
79	Pinça Raney Aplicadora de Clips	621911	Und	4	0	4	R\$ 720,0000	R\$ 2.880,00
Valor total do grupo 07								R\$ 91.494,00
Valor total global								R\$ 3.304.128,22

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa técnica constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

1.3. Os itens estão divididos integralmente em GRUPOS (Sistemas Interdependentes de Fixação e Osteossíntese) , não havendo licitação por itens avulsos, visando à mitigação de riscos cirúrgicos (como corrosão galvânica e falha de travamento mecânico), bem como à garantia da compatibilidade técnica, padronização e eficiência logística no Centro Cirúrgico.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, tratando-se de material médico-hospitalar essencial à manutenção da vida e da saúde, em estrita observância ao Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia , podendo ser útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, na forma do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.6. A formalização das obrigações observará a modelagem híbrida, sendo juridicamente viável e necessária para afastar a configuração de "venda casada":

1.6.1. **Para os materiais de consumo (OPME efetivamente implantados):** Utilização de Nota de Empenho como instrumento substitutivo ao Termo de Contrato (Art. 95 da Lei nº 14.133/2021), caracterizando-se como entrega imediata, com faturamento rigorosamente limitado ao teto da **Tabela CMED** os equipamentos cedidos (Obrigação Acessória): ou Tabelas do SUS vigentes.

1.6.2. **Para os equipamentos cedidos (Obrigação Acessória):** Assinatura prévia de Termo de Contrato de Comodato específico, com vigência vinculada à Ata de Registro de Preços, assumindo a Contratada todos os custos de manutenção preventiva, corretiva e calibração, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este processo, que demonstra a indispensabilidade dos insumos para a continuidade dos atendimentos de traumas de face e cirurgias ortognáticas do Hospital Central do Exército (HCE).

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 , conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Sustentabilidade e Regularidade Sanitária:** descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas normativas da ANVISA:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto (OPME) previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013, devendo o registro estar válido na data da sessão pública e durante toda a vigência da Ata. 4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos (cedidos em comodato), inclusive suas partes e acessórios, que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384/2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e possuam o Selo de Identificação da Conformidade, quando aplicável. 4.1.3. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela legislação sanitária vigente (RDC ANVISA pertinente).

4.2. Não será indicada marca ou modelo específico, admitindo-se qualquer produto que atenda rigorosamente às especificações técnicas, biomecânicas e de compatibilidade descritas neste TR.

4.3. **Da Exigência de Amostra:** A exigência de amostras ocorrerá apenas na fase de julgamento (por meio de diligência), caso a análise documental (catálogos/manuais) não seja suficiente para atestar a compatibilidade entre o implante e o instrumental em comodato. O procedimento encontra-se pormenorizado nos autos do processo (Estudo Técnico Preliminar).

4.4. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:** Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, visando ampliar a competitividade do certame, sem prejuízo da responsabilidade integral da licitante adjudicatária.

4.5. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a adjudicatária responder integralmente pela execução (fornecimento dos insumos e suporte do maquinário em comodato).

4.6. **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação (caução) prevista nos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de um processo licitatório para aquisição de material por fornecimento imediato e integral a cada solicitação, cuja formalização dar-se-á por Nota de Empenho (substitutiva ao contrato).

4.7. **Do Afastamento do Tratamento Diferenciado para ME/EPP (Lei Complementar nº 123/2006):** Conforme diretriz técnica consolidada no ETP, a presente licitação é composta exclusivamente por GRUPOS (Sistemas Interdependentes de Fixação) não havendo itens isolados. Diante disso, não será adotada a Licitação Exclusiva (Art. 48, I) nem a Cota Reservada de 25% (Art. 48, III), fundamentando-se na exceção legal prevista no Art. 49 incisos II e III da LC nº 123/2006.

4.8. **Justificativa Técnica para o Afastamento de Cotas:** A natureza do objeto (Sistemas de Fixação e Osteossíntese Bucomaxilofacial) envolve grupos tecnologicamente indivisíveis. A aplicação de cota reservada ou fracionamento obrigaria a Administração a dividir o fornecimento de uma mesma solução cirúrgica entre fornecedores distintos.

4.8.1. Tal fragmentação é **vedada tecnicamente**, pois a união de metais de fabricantes distintos (ex: Placa da "Ampla Concorrência" com Parafuso da "Cota Reservada") gera alto risco de travamento mecânico (locking **Corrosão Galvânica** e falha no mecanismo de), comprometendo a estabilidade da fratura e a segurança (vida) do paciente. 4.8.2. A gestão de "meios kits" cirúrgicos (parte vinda da ampla concorrência, parte da cota) criaria ineficiência logística e inviabilizaria a utilização dos instrumentais em comodato, que são desenhados milimetricamente para o parafuso de sua respectiva marca, não sendo universais.

4.9. **Da Margem de Preferência:** Não será aplicada a margem de preferência (Art. 26 da Lei nº 14.133/2021).

4.10. O objeto possui altíssima complexidade técnica e impacto direto na sobrevida e recuperação estético-funcional do paciente. A seleção pauta-se na rigorosa análise técnica de desempenho e biocompatibilidade. Não é razoável nem seguro, neste contexto crítico de saúde, a aplicação de margens financeiras que possam preterir a solução de melhor desempenho biomecânico apenas por critérios de fomento industrial.

4.11. **Do Critério de Desempate (Empate Ficto):** Ressalva-se que, mesmo tratando-se de itens de Ampla Concorrência onde as cotas foram afastadas, será assegurado o tratamento favorecido às ME/EPP na forma de "empate ficto" (direito de preferência no desempate de preços durante a fase de lances), em estrito cumprimento aos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento será realizado estritamente sob demanda, mediante a emissão de Nota de Empenho (instrumento substitutivo ao contrato para os materiais de consumo), devendo a Contratada disponibilizar a grade completa dos bens (Materiais de Consumo acompanhados obrigatoriamente dos Equipamentos em Comodato) nos seguintes prazos, contados a partir da solicitação formal:

5.1.1. Para Cirurgias Eletivas: Prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. 5.1.2. Para Cirurgias de Urgência /Emergência: Prazo máximo de 06 (seis) horas, em regime de plantão de sobreaviso ininterrupto. 5.1.3. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme a necessidade individual de cada procedimento cirúrgico, sendo expressamente vedada a entrega integral antecipada sem solicitação prévia (formação de estoque ocioso).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data/hora assinalada (especialmente nas urgências), a Contratada deverá comunicar as razões respectivas imediatamente para que a Administração adote as medidas de contingência, ressalvadas situações comprovadas de caso fortuito e força maior. O atraso injustificado que acarrete suspensão ou cancelamento de cirurgia sujeitará a Contratada às sanções administrativas legais e à responsabilização civil por danos ao paciente e ao erário.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Francisco Manuel, nº 126, Benfica, Rio de Janeiro RJ, CEP: 20.911-270 (aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico - DMC / Centro Cirúrgico).

5.3.1. Em caso de produtos com validade (estéreis), o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante, salvo autorização excepcional e justificada do fiscal técnico para uso imediato.

5.4. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica: O prazo de garantia dos materiais de consumo (implantes e lâminas) é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a empresa atestar a total biocompatibilidade dos itens.

5.4.1. Para os equipamentos cedidos como obrigação acessória (motores, caixas de instrumental, brocas), a garantia de funcionamento deve ser integral e permanente durante toda a vigência do contrato. A manutenção preventiva, corretiva, calibração e a substituição imediata de peças desgastadas ou defeituosas são de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem qualquer ônus direto ou indireto para o HCE.

5.5. Do Faturamento por Consumo Efetivo (Vedação à Consignação): A entrega da grade cirúrgica inicial deverá ser acompanhada de Nota Fiscal de "Simples Remessa". Após o procedimento cirúrgico, o Fiscal Técnico e a equipe médica atestarão no "**Mapa de Consumo**" exclusivamente os itens implantados no paciente.

5.5.1. Os itens não utilizados (sobras intactas) deverão ser recolhidos pela Contratada. **5.5.2.** A Nota Fiscal de Venda (Fatura) será emitida tão somente sobre os quantitativos efetivamente consumidos e atestados, não caracterizando operação de consignação comercial, mas sim **fornecimento sob demanda** rigorosamente limitados ao teto máximo estipulado pela **Tabela CMED**. **5.5.3.** Os valores faturados estarão ou Tabelas do SUS vigentes na data da emissão da fatura.

5.6. Da Regularidade Sanitária (ANVISA): O registro ANVISA cadastrado na proposta vencedora deverá corresponder exata e milimetricamente ao do material físico entregue no Centro Cirúrgico. É terminantemente vedada a entrega de marcas "similares", genéricas ou distintas daquela adjudicada e homologada na Ata, sob pena de rejeição imediata do lote e abertura de processo sancionatório.

5.7. As demais cláusulas administrativas e operacionais a serem aplicadas ao modelo de cessão dos equipamentos (motores e caixas de instrumental) encontram-se pormenorizadas na "Minuta de Contrato de Comodato", constante dos anexos deste Edital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O gerenciamento e a fiscalização da presente contratação (entendida aqui na sua modelagem híbrida : a relação jurídica formalizada pela emissão da Nota de Empenho para os materiais de consumo/OPME e a assinatura do Termo de Comodato para os equipamentos e instrumentais) deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 /2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão de procedimentos eletivos pelo HCE, os prazos de vigência e as obrigações de fornecimento poderão ser adequados mediante simples apostila, resguardando-se o interesse público.

6.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional (e-mail) ou sistema eletrônico para o envio das Notas de Empenho e Ordens de Fornecimento cirúrgico.

6.4. O HCE poderá convocar representante técnico da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de urgência/emergência cirúrgica (trauma de face) ou falha técnica/quebra dos equipamentos cedidos em comodato.

6.5. Após a homologação da Ata e a assinatura do Termo de Comodato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para uma Reunião Inicial de Alinhamento. Esta reunião definirá o plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações, dos mecanismos de controle patrimonial (instrumentais), do rigoroso fluxo de ateste via Mapa de Consumo e devolução de sobras CMED , das estratégias para o cumprimento dos prazos (6h/48h), e da sistemática de faturamento com observância ao teto da Tabela.

Da Fiscalização

6.6. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada sistematicamente pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados.

Fiscalização Técnica

6.7. O Fiscal Técnico do contrato (membro do Serviço de Bucomaxilofacial e/ou do Centro Cirúrgico) acompanhará a execução operacional, conferindo a qualidade e a rastreabilidade (ANVISA) dos materiais entregues, o perfeito funcionamento dos equipamentos em comodato (motores e caixas) e, primordialmente, atestando no Mapa de Consumo apenas os itens de OPME efetivamente implantados no paciente.

6.8. O Fiscal Técnico anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição detalhada do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (ex: entrega de parafusos incompatíveis com a chave, motor sem torque, etc.).

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o Fiscal Técnico emitirá notificações para a pronta correção, determinando prazo exíguo compatível com a gravidade médica do caso.

6.10. O Fiscal Técnico informará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do procedimento nas datas aprazadas (risco de desabastecimento de OPME, falta de instrumental compatível ou iminência de cancelamento de cirurgia), o Fiscal Técnico comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato para adoção de medidas de contingência e acionamento de sanções.

6.12. O Fiscal Técnico comunicará ao Gestor, em tempo hábil, o término da vigência da Ata/Comodato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva para evitar desassistência.

Fiscalização Administrativa

6.13. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada e acompanhará o ciclo de despesa. Caberá ao Fiscal Administrativo realizar a conferência rigorosa do faturamento (Nota Fiscal), garantindo que os valores cobrados não ultrapassem os limites da Tabela CMED ou SUS, bem como atestar que não houve cobrança indevida por itens não consumidos ou por locação /manutenção dos maquinários em comodato.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais (atraso na entrega, recusa na troca de equipamentos), o Fiscal Administrativo atuará tempestivamente na instrução do problema, reportando ao Gestor para que tome as providências sancionatórias cabíveis.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade objetiva da Contratada, inclusive perante terceiros (pacientes), por qualquer irregularidade, imperfeição técnica, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado. A atuação da fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao Gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, elaborando relatórios para verificar o pleno atendimento da finalidade assistencial.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais, informando à autoridade superior (Ordenador de Despesas) as ocorrências que ultrapassem sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de emissão de Nota de Empenho e pagamento, mitigando riscos que obstem o fluxo normal de liquidação.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais (Técnico e Administrativo) quanto ao cumprimento das obrigações, avaliando o desempenho da empresa na logística de entrega ágil e suporte técnico ao comodato.

6.16.5. Tomar providências imediatas para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, caso haja recusa de entrega, falha no comodato ou atraso injustificado, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos logísticos e assistenciais que justificaram a contratação.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, estritamente no valor dimensionado pelo ateste do Mapa de Consumo pela fiscalização.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato (aqui entendido como as obrigações da Nota de Empenho ou do Termo de Comodato);

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços assistenciais do HCE ou ao interesse coletivo (ex: risco à vida de paciente);
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação (OPME e/ou equipamentos em comodato) sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução;
- f) praticar ato fraudulento na execução;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência , quando a Contratada der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória (Atraso na Entrega): Para as infrações descritas na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da Nota de Empenho inadimplida (abrangendo os insumos e a respectiva obrigação de comodato vinculado), até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória (Fraude/Atos Lesivos): Para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado.

7.2.4.3. **Compensatória (Inexecução Total):** Para a inexecução total prevista na alínea “c” (ex: recusa injustificada em assinar o Termo de Comodato ou retirar a Nota de Empenho), de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória (Grave Dano - Assistência Médica): Para a infração descrita na alínea “b” — caracterizada, por exemplo, pelo descumprimento dos prazos de entrega (48h para eletivas ou 6h para urgências) que resulte em cancelamento de cirurgia, aumento do tempo de internação ou risco à integridade física do paciente do HCE —, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória (Substitutiva): Em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação..

7.2.4.6. Compensatória (Inexecução Parcial Simplees): Para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Cláusula Específica de Comodato: Para fins de aplicação das multas previstas neste item, considera-se inexecução parcial grave a entrega dos materiais de consumo sem os respectivos equipamentos em comodato (motores, caixas de instrumental ou perfuradores) necessários à sua utilização, ou a entrega destes equipamentos em condições impróprias de uso (sem assepsia prévia, sem torque, oxidados ou incompatíveis com as placas/parafusos), uma vez que tal falha impede a realização do procedimento cirúrgico.

7.2.4.8. Cláusula Específica de Faturamento (Tabela CMED): Configura inexecução do contrato a emissão de 7.2.4.8. Cláusula Específica de Faturamento (Tabela CMED): Nota Fiscal com valores unitários superiores ao teto estabelecido pela Tabela CMED ou SUS na data do faturamento

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à União (Contratante).

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da sanção, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo HCE à Contratada (pelos insumos já consumidos), a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial e no SICAF

7.8.2. Os endereços de e-mail serão considerados de uso contínuo da empresa.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto (ex: impacto clínico no paciente);

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

8.1. Os bens (materiais de consumo OPME e os respectivos equipamentos em comodato) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega no Depósito de Material Cirúrgico (DMC) ou local designado pelo HCE, juntamente com a Nota Fiscal de Simples Remessa (ou documento de transporte equivalente), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização

8.1.1. Nesta etapa, verifica-se a conformidade das embalagens, a validade dos produtos estéreis e a presença física dos equipamentos em comodato (motores/instrumentais) indispensáveis ao procedimento cirúrgico.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta (ex: instrumental incompleto, sem torque, embalagem violada ou material não estéril), devendo ser substituídos imediatamente (no prazo máximo de 06 horas para urgências e 48 horas para eletivas), a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a realização do procedimento cirúrgico, mediante a conferência do Mapa de Consumo assinado pela equipe médica e a verificação da Nota Fiscal de Venda (Fatura) apresentada pela Contratada, que deverá conter estritamente os itens de OPME efetivamente implantados no paciente.

8.3.1. O recebimento definitivo fica expressa e obrigatoriamente condicionado à devolução (logística reversa) dos itens da grade não utilizados, que deverão ser recolhidos pela Contratada ou devolvidos mediante Nota Fiscal de Devolução emitida pelo HCE.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências (ex: divergência na contagem de parafusos do Mapa de Consumo).

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (divergência entre o material entregue e o efetivamente consumido), deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente apenas à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil objetiva pela solidez e pela segurança dos bens (especialmente quanto à biocompatibilidade dos implantes no paciente) nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução.

8.9. As atividades de disponibilização, manutenção e assepsia dos instrumentais e motores em comodato (obrigação acessória) correrão por conta exclusiva da Contratada e são condição sine qua non recebimento e ateste dos materiais de consumo.

LIQUIDAÇÃO

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária (OB), para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos abrangidos por aquele regime, condicionada à apresentação de documento comprobatório atualizado.

CESSÃO DE CRÉDITO

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

REAJUSTE

8.32. Os preços registrados na Ata são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado (Data-Base).

8.33. Após o interregno de um ano, em caso de prorrogação da Ata, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação do índice IPCA, limitando-se, contudo, de forma intransigível, ao teto máximo da Tabela CMED ou SUS vigente na época do reajuste. exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.34. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do índice, o HCE pagará pela última variação conhecida, liquidando a diferença posteriormente.

8.36. Nas aferições finais, o índice utilizado será o definitivo.

8.37. Caso o IPCA seja extinto, será adotado o substituto legal.

8.38. O reajuste será formalizado por apostilamento.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral por demanda (conforme empenho).

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 "Condições Gerais da Contratação" e no Anexo de Preços deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, além de licenças e autorizações das autoridades sanitárias municipal, estadual e federal, em plena validade;

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados e documentos deverão comprovar as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76.

9.34.1.2. Certidão de Regularidade Técnica (CRT), do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) de sua jurisdição, conforme Lei 5.991/73, ou entidade profissional competente.

9.34.1.3. Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou Municipal do ano em exercício. Em caso de processo de renovação, será aceito o protocolo, desde que o mesmo tenha sido distribuído no prazo máximo (120 dias antes do vencimento) estabelecido pela Resolução ANVISA nº 66 /2007.

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato/ata, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado e apostilados/consularizados.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Com base nos estudos técnicos realizados e no rigoroso levantamento de mercado efetuado nos moldes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (priorizando a Mediana do Painel de Preços governamental e a respectiva análise crítica para expurgo de valores inexequíveis ou com sobrepreço), foi constatado que a Aquisição de Materiais de Síntese (OPME) para o Serviço de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial possui uma estimativa de valor global máximo para 12 meses de R\$ 3.304.128,22 (três milhões trezentos e quatro mil cento e vinte e oito reais e vinte e dois centavos).

10.2. Ressalta-se, de forma inequívoca, que este montante refere-se exclusivamente ao teto financeiro estimado para a aquisição dos materiais de consumo (placas, parafusos, lâminas e descartáveis) efetivamente utilizados/implantados nos pacientes. O faturamento ocorrerá estritamente sob demanda, formalizado via emissão de Nota de Empenho (instrumento substitutivo ao contrato), e seus valores unitários estarão rigorosamente limitados ao teto fixado pela Tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) ou Tabelas do SUS.

10.3. Da Gratuidade do Comodato (Sem Ônus):

10.3.1. Quanto aos equipamentos imprescindíveis à aplicação dos implantes (Motores Cirúrgicos, Peças Retas, Brocas e Caixas de Instrumental), estes deverão ser disponibilizados pela Contratada em regime de COMODATO (Cessão Gratuita Temporária), caracterizando-se como obrigação acessória à execução do objeto principal.

10.3.2. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento de locação, aluguel, taxa de manutenção (preventiva ou corretiva), calibração ou qualquer outra contraprestação financeira por parte da Administração Pública pelo uso ou guarda desses equipamentos.

10.3.3. O fornecimento dos equipamentos e instrumentais sem ônus é condição sine qua non para a aceitação da proposta e perfeita execução cirúrgica (não configurando "venda casada"), devendo a licitante absorver integralmente os custos logísticos, de assistência técnica e de depreciação desses ativos dentro de sua estratégia comercial atrelada ao fornecimento dos insumos consumíveis.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

~~OU~~

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin [A2]).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

~~OU~~

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~

~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~

~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]~~

~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9];~~

~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SIGAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – GRF; e~~

~~4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho [A12];~~

~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes~~

~~do prazo estipulado para tanto:~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação:~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14]~~

~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A15].~~

~~5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [A16] contraentes.~~

~~5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~5.9.3. Indenizações e multas.~~

~~5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

6. DOS CASOS OMISSOS

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]~~

7. ALTERAÇÕES

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se~~

~~fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~
~~7.3. — As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]~~
~~7.4. — As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~
~~7.5. — Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8. — FORO~~

~~8.1. — Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS RODRIGUES DE SOUZA

ADJUNTO DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 15:08:07.

Documento assinado digitalmente
gov.br ELAINE ROSA CARNEIRO LEITAO
Data: 11/06/2026 11:24:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ELAINE ROSA CARNEIRO LEITAO

ADJUNTA DA CLÍNICA DE BUCOMAXILOFACIAL



Documento assinado digitalmente
GUSTAVO BOEHMER LEITE
Data: 11/06/2026 11:14:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUSTAVO BOEHMER LEITE
ADJUNTO DA CLÍNICA DE BUCOMAXILOFACIAL



Documento assinado digitalmente
VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS
Data: 16/06/2026 11:17:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS
GESTORA DE OPME DO HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO



Documento assinado digitalmente
JEAN GLAYDSON DE SOUZA FIALHO
Data: 11/06/2026 11:00:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JEAN GLAYDSON DE SOUZA FIALHO
CHEFE DA CLÍNICA DE BUCOMAXILOFACIAL



Documento assinado digitalmente
ALEX DE FIGUEIREDO BRAZ
Data: 16/06/2026 10:01:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEX DE FIGUEIREDO BRAZ
CHEFE DO DEPÓSITO DE MATERIAL CIRÚRGICO



Documento assinado digitalmente
JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
Data: 16/06/2026 14:26:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

Termo de Minuta de Contrato de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de
Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)

Anexo VI

Pregão Eletrônico nº 90002/2026
(Processo Administrativo nº 64574.002796/2026-61)

CONSIGNATÁRIA: União Federal/Ministério da Defesa/ Exército Brasileiro/Hospital Central do Exército.

CONSIGNANTE:

OBJETO: Aquisição de material OPME para clínica de bucomaxilo

NATUREZA: ostensivo

ATA DO PREGÃO: Nº ____/____, Grupo/ Item ____

A União Federal, entidade de direito público interno, por intermédio do Ministério da Defesa/ Exército Brasileiro/ HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, situado na Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270, inscrito no CNPJ sob o nº 09.609.235/0001-50, Órgão do Ministério da Defesa, representado neste ato pelo CORONEL LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, Ordenador de Despesas, doravante denominado **CONSIGNATÁRIA**, e a _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada **CONSIGNANTE**, neste ato representada por seu Preposto, o (a) Sr. (Sra.) _____, CI nº _____, CPF nº _____, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente Instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 14.133/2021; Código Civil Brasileiro; Portaria Ministerial nº 305, de 24 Mai 95, e demais cominações legais e pelas condições previstas no Pregão nº 90002/2026, HCE, mediante as cláusulas e condições seguintes, ajustam a execução do presente Termo de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para Clínica de Ortopedia do HCE, que possua as especificações técnicas contidas no Termo de

Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto deste Termo é o fornecimento dos produtos especificados no Termo de Referência, em regime de consignação e sob demanda, de acordo com as descrições e especificações nele estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

2.1. O prazo para entrega dos bens destinados a procedimentos eletivos é de 48 horas antes da realização da cirurgia. Para procedimentos de urgência ou emergência, o prazo de entrega é de até 4 horas, conforme estabelecido no Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (2016), do Ministério da Saúde.

2.1.1. As entregas serão realizadas conforme a demanda deste hospital, atendendo às necessidades de materiais para os procedimentos cirúrgicos.

2.2 Os produtos, objeto do presente Termo, deverão ser entregues pela CONSIGNANTE no endereço a seguir discriminado, de acordo com as especificações e condições dispostas na respectiva autorização de fornecimento.

Endereço de entrega: Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270 – Aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO e DO COMODANTE

3.1. O fornecedor se obriga a disponibilizar, no âmbito deste termo, os conjuntos de componentes das OPME com tamanhos variados, bem como o instrumental (consignação) necessário para o seu adequado uso.

3.2. Adicionalmente, o fornecedor será responsável pela troca de componentes não utilizados, mesmo após o vencimento do prazo de validade ou garantia dos mesmos, sem ônus para a CONSIGNATÁRIA.

3.3. O **CONSIGNANTE** se compromete ainda a disponibilizar um orientador técnico exclusivo, sempre que necessário, para auxiliar na utilização ou montagem das OPME no estabelecimento de saúde, conforme exigido pelas circunstâncias do uso.

3.4. A contratação/consignação aqui tratada consiste no envio dos produtos mencionados na cláusula 1.1 acima (em consignação e sob demanda), durante todo o prazo de vigência deste Termo ou Vigência da Ata De Registro de Preços pelos valores dispostos no Termo de Referência), de acordo com os prazos e quantitativos previstos no processo.

3.5. A CONSIGNANTE se obriga a realizar a entrega dos produtos dentro dos quantitativos, procedimentos e prazos indicados nas respectivas autorizações de fornecimentos (em consignação e sob demanda). Excepcionalmente, desde que justificado e devidamente comprovado, poderá o prazo previsto ser repactuado entre as partes.

3.6. As quantidades dos produtos a serem fornecidos e a periodicidade de envio serão estabelecidas pela CONSIGNATÁRIA dentro de cada autorização de fornecimento, de acordo com a necessidade da clínica de neurocirurgia deste hospital.

3.7. Todos os produtos terão a garantia assegurada e serão fornecidos pela CONSIGNANTE dentro dos padrões de qualidade, apresentação, prazo de validade e adequação às indicações de uso, de acordo com o estabelecido neste Contrato e com as normas sanitárias em vigor no país, reservando-se à CONSIGNATÁRIA o direito de solicitar a troca imediata dos produtos que apresentem incorreções ou problemas de qualidade, ou que se mostrem inadequados para os fins a que se destinam.

3.8. A CONSIGNANTE compromete-se a informar à CONSIGNATÁRIA qualquer caso de descontinuação na fabricação do produto pelo fabricante ou mesmo alteração de sua especificação ou marca com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.9. A CONSIGNANTE assegura para todos os fins que, está apta e em conformidade legal para a execução do presente contrato, bem como que possui todas as licenças, autorizações, registros, certidões e certificados necessários para o fornecimento do seu objeto, atendendo a todos os requisitos legais, incluindo, mas não se limitando, ao transporte, manuseio, armazenamento e rastreabilidade.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. O presente termo terá validade a partir da data de sua assinatura, pelo período correspondente à vigência da ata de registro de preço.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela CONSIGNATÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo CONSIGNANTE.

5.1.1. No preço estão incluídos todos os custos, despesas, contingências e atividades necessárias à boa e fiel execução deste termo, incluindo, mas não se limitando a todos os encargos sociais e previdenciários, tributos, contribuições para fiscais, despesas diretas e

indiretas, benefícios, lucro e todos e quaisquer demais ônus que incidam sobre o escopo do contrato.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor de auditoria interna do HCE, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONSIGNANTE providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste termo deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente Termo Aditivo, resultante do consenso entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução do presente termo **de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)** e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas em juízo, no foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, na presença das testemunhas abaixo, rubricadas as páginas precedentes para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Permanecem aplicáveis ao presente contrato às cláusulas do Edital, do Termo de Referência e de todos os anexos do Edital que não sejam incompatíveis com o presente negócio jurídico

Rio de Janeiro, RJ, ____ de ____ de 20__.

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CORONEL
Ordenador de Despesas
CONSIGNATÁRIA

NOME DA EMPRESA.
NOME DO REPRESENTANTE
Cargo/função
CPF/MF nº.
CONSIGNANTE

TESTEMUNHAS:

(Fiscais de Contrato nomeados em Boletim Interno)

TESTEMUNHA 1– P/G
CPF:

TESTEMUNHA 2– P/G
CPF:

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO PELA EMPRESA LICITANTE)
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026

SENHOR PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, CEP, e-mail), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, vencedora dos itens abaixo indicados do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026 - HCE, neste ato representado pelo LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, abaixo assinado, propõe ao HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, a aquisição dos itens abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital e seus anexos em epígrafe, nas seguintes condições:

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	REGISTRO ANVISA	UN. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ITEM R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)							

- 1 Valor total da proposta: R\$ _____ (_____)
- 2 Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Banco: _____ Agência: _____ Conta corrente: _____
- 4 A garantia oferecida será nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990).
- 5 A execução da contratação ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026.
- 6 Estamos cientes e aceitamos TODAS as condições do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026.
- 7 Garantimos que todos os materiais entregues serão novos e de primeiro uso, com qualidade que garanta a perfeita utilização a que se destinam no período mínimo da garantia exigida.
- 8 No valor proposto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 9 O preço desta proposta é FIXO e IRREAJUSTÁVEL.

Rubrica

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA

- 10 Declaro, para os devidos fins, que os equipamentos vinculados ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico nº ____/____ a serem disponibilizados em regime de comodato, serão fornecidos a título gratuito, sem qualquer ônus financeiro presente ou futuro para a Administração Pública, compreendendo, inclusive, os custos com instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e retirada ao final da vigência contratual. Nesse sentido, é imperioso elencar que, em atenção aos critérios estabelecidos art 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2025, declaro que os custos referentes ao fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, não estão embutidos no valor final da proposta supracitada.

Local e data.

Diretor ou representante legal - Identidade
Nome legível/Carimbo da empresa

(Encaminhar cópia autenticada da Identidade, para conferência da assinatura)

Rubrica

APÊNDICE B DO TERMO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO PÓS-CIRÚRGICO

LOGO DA EMPRESA

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20_____. N° de controle do
Pós ()

Ao

Hospital Central do Exército

Ref. Pós Cirúrgico N° _____

Cód.	Material	Qtd	Valor Unt. (R\$)	Anvisa conforme proposta
T0000	_____	_____	_____	_____

Valor Total: R\$ _____

Data do Procedimento: _____

CNPJ: _____

NOME DA EMPRESA _____

PACIENTE: _____

DATA DA CIRURGIA: _____

CONTATO COMERCIAL _____

ENDEREÇO DA EMPRESA

APÊNDICE C DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RECIBO DE ENTREGA DE OPME

Hospital: **Hospital Central do Exército/**
HCE Pregão Nº 90077/2025

LOGO DA EMPRESA DADOS COMPLETOS				
NOME DO PACIENTE: DATA CIRURGIA:				
ITEM PREGÃO	DESCRIÇÃO MATERIAL	ANVISA	LOTE	QUANTIDADE

Entregue por:_____

Retirado por:_____

Recebido por:_____

Entregue por:_____

Data/Hora: __/__/____:____

Data/Hora: __/__/____:____



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

ANEXO E

TERMO DE RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

Pregão Eletrônico Nº 90013/2025 – HCE

Objeto: Análise de amostra para aquisição de material de consumo OPME para Clínica de Ortopedia e Termo de Recebimento.

Às _____ horas e _____ minutos do dia _____ de _____ de 2025 foi feita entrega de amostra para avaliação no Hospital Central do Exército – HCE, no qual a licitante deve apresentar:

Item	Empresa	Descrição do Material
		Conforme Edital

Procedi à verificação QUALITATIVA e ESPECÍFICA do material objeto do Pregão Eletrônico nº 90013/2025 e elaborei o seguinte parecer:

Nr GRUPO	Nr ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	PARECER TÉCNICO
...				

Área técnica responsável

Procedi à verificação de ENTREGA e RETIRADA do material, assim como estou ciente do parecer técnico final referente à amostra do Pregão Eletrônico nº 90013/2025.

Responsável pela entrega (REPRESENTANTE DA EMPRESA): CPF:

Responsável pela retirada (REPRESENTANTE DA EMPRESA): CPF:

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167322	HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
09.609.235/0002-30	RUA FRANCISCO MANUEL, NR 126 - BENFICA - RIO DE JANEIRO - R J. 20911-270	
Município	UF	Telefone
RIO DE JANEIRO	RJ	(021) 3891-7013 SETOR FINANCEIRO

Ano	Tipo	Número
------------	-------------	---------------

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
---------------	--------------	-------------------------	----------------------------	------------	----------------------

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
------------------------	-------------	-----------------	-----------------------	--------------

Favorecido

Código	Nome	
Endereço		CEP
Município	UF	Telefone

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação			
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
		-		-

Descrição

Local da Entrega

RUA FRANCISCO MANUEL, 126 - BENFICA - RJ

Informação Complementar

Sistema de Origem

Versão	Data/Hora	Operação

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

Total da Lista

Subelemento

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	-	

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Assinaturas

Ordenador de Despesa

Responsável pela Nota de Empenho

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO CML - 1ª RM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR-1769)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**, com sede na Rua Francisco Manuel, 126, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo **Ordenador de despesas**, nomeado pelo Boletim Interno nº , inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/XXXX, processo administrativo n.º **64574.010013/2025-31**– HCE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20..*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantid	Valor Un
		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	a de	
						Mínima	
							Prazo
							garanti
							a ou
							validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificaçã	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X	o	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca)

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO

A União, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado COMODATÁRIA e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado COMODANTE, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), resolvem celebrar o presente Termo de Comodato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico SRP nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Comodato é o empréstimo do EQUIPAMENTO (descrever equipamento), conforme previsto no Termo de Referência atinente ao Pregão XX/XXXX, para viabilizar o correto uso dos itens YY e ZZ (indicar quais itens adjudicados possuem relação com a operacionalização do equipamento).

1.2. O presente termo se vincula ao edital e a seus anexos, previsto no preâmbulo do presente Termo de Comodato, independente de transcrição.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

2.1. Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo ou manutenção no EQUIPAMENTO, que ficarão a cargo da COMODANTE.

2.2. Não poderá o COMODATÁRIO fazer alteração ou conserto no EQUIPAMENTO sem a assistência técnica da COMODANTE, que deverá ser comunicada imediatamente para verificar tal possibilidade.

2.3. Cuidar para que o EQUIPAMENTO seja utilizado de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e constantes do manual de operações, devendo ser usado pelo COMODATÁRIO somente com o propósito estipulado no Termo de Referência e no instrumento de comodato.

2.4. Exigir da Contratada/comodante que apresente apólice de seguro atestando a cobertura do EQUIPAMENTO disponibilizado, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências.

2.5. No momento da devolução, o EQUIPAMENTO deverá apresentar-se nas mesmas condições em que o comodatário o recebeu.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

3.1. Disponibilizar equipamento em comodato, conforme item YY deste Termo de Comodato, sem ônus para Administração.

3.2. O EQUIPAMENTO será entregue ao COMODATÁRIO em perfeito estado de conservação e funcionamento. O COMODANTE fornecerá ao COMODATÁRIO todos os itens e peças de reposição necessários ao perfeito funcionamento dos INSTRUMENTAIS disponibilizados.

3.3. O EQUIPAMENTO será cedido gratuitamente ao COMODATÁRIO para fins de utilização do produto fornecido pelo COMODANTE, conforme item YY deste Termo de Comodato.

3.4. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do EQUIPAMENTO, que inclui, sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas, bem como calibração e assessoria científica conforme manual do fabricante com emissão de certificados.

3.5. Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva do EQUIPAMENTO em um prazo máximo de XX horas úteis, incluindo finais de semana e feriados.

3.6. Substituir o EQUIPAMENTO inoperante em caso de defeito, por outro, de mesma característica, em um prazo máximo de XX (XX) horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA.

3.7. Realizar manutenção preventiva no EQUIPAMENTO conforme periodicidade recomendada pelo fabricante ou ao menos trimestral, valendo a que for menor.

3.8. Responder pelos custos relacionados à troca de peças no EQUIPAMENTO, de caráter corretivo e preventivo, inclusive os decorrentes de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica.

3.10. Identificar o EQUIPAMENTO, ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo, no mínimo, as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o EQUIPAMENTO e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser à prova d'água ou estar protegida (ex. adesivo transparente).

3.11. O EQUIPAMENTO cedido à COMODATÁRIA deverá estar acompanhado de:

3.11.1. Duas cópias do manual de operação em idioma português;

3.11.2. Carta de entrega constando todos os dados do EQUIPAMENTO (fabricante, modelo, número de série);

3.11.3. Dados da COMODANTE (razão social, endereço);

3.11.4. CNPJ/MF;

3.11.5. Nome da pessoa de contato comercial;

3.11.6. Nome da pessoa de contato para assistência técnica;

3.11.7. Telefones de contato e telefones de contato para final de semana e feriado;

3.11.8. Programa de manutenção preventiva (cronograma anual de visitas e "check list").

3.12. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA motivada pela falta do EQUIPAMENTO, por um período superior a XX horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis, dentre as quais glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto.

3.13. Responsabilizar-se por acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu EQUIPAMENTO, pois a COMODATÁRIA não oferece seguro para tal cobertura. A COMODANTE efetuará a cobertura do seguro do EQUIPAMENTO disponibilizado em comodato, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao COMODATÁRIO a respectiva apólice de seguro.

3.14. Comprometer-se a manter, em condição regular e normal, a cessão mediante

comodato, enquanto permanecerem em estoque no (Indicar unidade da Contratante), os produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO.

3.15. Durante a vigência do comodato do EQUIPAMENTO, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como, o desempenho do EQUIPAMENTO. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo (Indicar nome da unidade da Contratante). Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação administração superior competente para providências cabíveis.

SANÇÃO E RESCISÃO

4.1 As hipóteses de sanção e rescisão são aquelas previstas no Termo de Referência.

DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Durante a vigência da cessão do EQUIPAMENTO, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como o desempenho do EQUIPAMENTO. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo (INDICAR RESPONSÁVEL), ou seu substituto legal. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração superior competente para providências cabíveis.

5.2. O prazo de entrega e/ou instalação do EQUIPAMENTO é de, no máximo, XX dias, contados da data da assinatura do presente TERMO, devendo ser providenciada com antecedência em relação à data de início do fornecimento do produto objeto da licitação.

5.3. O presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, ou seja, até o dia __/__/202X, podendo ser prorrogado para atingir o seu fim caso ainda exista, no (indicar unidade da Contratante), estoque dos produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO.

FORO

6.1. O Foro para solucionar litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato será o da Seção Judiciária do (MESMO FORO DO CONTRATO) —Justiça Federal.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2026.

Assinam:

REPRESENTANTE DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME (COMODANTE)
Cargo Institucional

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CEL (COMODATÁRIO)
Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas das Áreas Orçamentária, Financeira e Patrimonial